



EXERCÍCIO 1994

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
INICIATIVA ECONÓMICA (EUA ENERGNOVA)	5
CONDIÇÕES GERAIS E ESTRUTURA DA EMPRESA	8
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA	9
ACTIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO EM 1994	10
POLÍTICA AMBIENTAL	13
RELACIONAMENTOS	14
CONTACTOS COM OUTRAS ENTIDADES	15
PERSPECTIVAS FUTURAS	16
ASPECTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993	22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	23
ANEXO DO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	24
DOCUMENTOS DE APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO	27
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	28
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	29
ASSEMBLEIA GERAL DE AÇÕESISTAS	30

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
INTRODUÇÃO (CRIAÇÃO DA ENERNOVA)	5
CORPOS SOCIAIS E ESTRUTURA DA EMPRESA	8
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA	9
ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1994	10
POLÍTICA AMBIENTAL	13
RECURSOS HUMANOS	14
CONTACTOS COM OUTRAS ENTIDADES	15
PERSPECTIVAS FUTURAS	16
ASPECTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	21
BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	23
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	24
DOCUMENTOS DE APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO	27
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	28
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	29
ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	30

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Terminado o primeiro ano de actividade da Empresa e ao fazer um natural ponto de situação, dois sentimentos se opõem. Por um lado a sensação de que a um ritmo crescente se foram sucedendo acções e avançando nos objectivos pretendidos, por outro lado a insatisfação de ainda não se ter atingido o princípio do concreto da actividade a que nos dirigimos. Por outras palavras, julgamos que tendo sido plenamente apreendida, a todos os níveis, a orientação recebida de, no mais curto prazo, construir um primeiro parque eólico, até tal ser concretizado se manterá um salutar sentimento de insatisfação.

Mas, procurar e deter um local que, não tendo condicionantes de outra ordem, assegure um potencial de energia eólica com interesse, leva necessariamente o seu tempo.

E é algum desse tempo que se tem procurado ganhar, mesmo com alguns riscos ao ultrapassar etapas, desenhando-se, ao que parece, em finais de 1994, algumas perspectivas no sentido de êxito nessa actuação.

Concluimos assim o primeiro ano de actividade com fortes possibilidades de ter como definido o local dum primeiro parque e, com algumas acções que normalmente seriam subsequentes àquela escolha, já com algum "avanço".

Confiamos que o próximo ano se afirme como o de definitivo arranque da construção



do 1º parque eólico e temos por seguro que para tal empenharemos toda a nossa capacidade, no que seremos, com dinamismo, acompanhados como até agora, por todos os que trabalham na ENERNOVA ou com ela colaboram.

Como vimos fazendo, procuraremos obviamente que as estratégias próprias da ENERNOVA estejam em coerência com as que presidem à gestão da EDP no seu todo, como Empresa que integra o universo da Holding, mas também e sempre na atenção de orientações que a generalidade dos accionistas tenha por bem transmitir.

Esperamos, com confiança, conseguimentos futuros nos objectivos a que nos propomos.

3 1 2

1 - Eng. Luís Braga da Cruz

2 - Eng. Henrique Simões dos Reis

3 - Eng. Jorge Ferrelira Braga



INTRODUÇÃO

A ideia da constituição duma empresa para a área das renováveis

Com excepção dos aproveitamentos hidroeléctricos de pequena dimensão (potência aparente instalada não superior a 10 MVA) não se verificou adesão significativa por parte de entidades privadas para o aproveitamento optimizado dos recursos energéticos renováveis, não obstante o quadro legislativo que o estimula.

Com efeito o Decreto-Lei nº. 189/88 de 27 de Maio visou "criar condições para que aos esforços do Estado e do sector público empresarial se associem, de forma convergente, iniciativas das autarquias locais e de entidades privadas e cooperativas", para o aproveitamento optimizado dos recursos energéticos nacionais, através da utilização de "recursos renováveis, combustíveis nacionais ou resíduos industriais, agrícolas ou urbanos" e ainda de centrais de cogeração. Existia assim, um quadro legislativo adequado ao acesso de pequenos produtores à actividade da produção de electricidade e estavam criadas condições necessárias à viabilização económica de pequenas unidades de produção através da garantia de aquisição de energia produzida em condições técnicas e económicas pré-definidas e, de alguma forma, vantajosas para o produtor independente.

Também, embora a EDP não tivesse no antecedente assumido a área de negócio das renováveis como um dos seus objectivos estratégicos e não tivesse, em consequência, efectuado investimentos na produção adentro das tecnologias correspondentes, desenvolveu uma permanente actuação a nível dos estudos e do acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos, participando em diversas iniciativas e promovendo

a realização de outras.

Dos estudos que a EDP havia desenvolvido e de outros, evidenciava-se existirem recursos em Portugal na área das renováveis, designadamente de potencial eólico, de forma a ser equacionável a sua utilização para a produção de electricidade o que, em determinadas condições, poderia ser economicamente rentável.

Com efeito, verificando-se:

- carências de fontes energéticas próprias
- o interesse ambiental das energias renováveis
- a detenção de algum conhecimento na área das renováveis, consequência dos estudos desenvolvidos
- um quadro legislativo apropriado
- a possibilidade de apoios para a realização de meios de produção utilizando fontes de energias renováveis, pensou-se assim estar perante um "nicho" de mercado, onde se poderia implantar uma empresa, criada com o objectivo de produzir energia eléctrica a partir de fontes de energia renovável.

Naturalmente que se tinha em conta que o desenvolvimento significativo da contribuição das energias renováveis para a satisfação dos consumos de electricidade estava ainda em boa parte dependente da implementação de outros apoios, concretamente financeiros, inseridos nas políticas de incentivo à utilização daquelas fontes.

Mas, as afirmações de entidades governamentais ligadas ao sector energético eram de que, relativamente a projectos na área das renováveis que se apresentassem com viabilidade, haveria, para o seu arranque, o necessário apoio das entidades oficiais.

Análise de constituição da ENERNOVA

Como pressupostos para a criação duma empresa na área das energias renováveis punham-se, essencialmente:

- poder ser constituída em sociedade com instituições com:
 - capacidade financeira para apoio ao esforço de investimento necessário
 - capacidade técnica no âmbito do projecto de execução das instalações
- dispôr de apoios financeiros no quadro dos incentivos resultantes de políticas comunitárias
- a análise relativa à realização de empreendimentos revelar uma viabilidade económico-financeira.

Na atenção daqueles pressupostos pensou-se que a empresa a constituir poderia ser participada por: EDP, Caixa Geral de Depósitos e Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI).

Consideraram-se as diversas formas de energias renováveis cujas tecnologias de conversão já tivessem atingido uma maturidade técnica e comercial que permitisse perspectivar a sua aplicação de uma forma economicamente rentável. Tendo em conta os dados disponíveis quanto a potenciais existentes no País entendeu-se, que numa primeira fase, a empresa deveria desenvolver a sua actividade na área da energia eólica.

Em seguimento, foram contactadas as instituições antes referidas e, manifestada a sua receptividade, foi desenvolvido pela EDP e Caixa Geral de Depósitos um "Estudo de viabilidade económica-financeira de constituição duma empresa para a instalação de um parque eólico de 10 MVA".

O estudo foi dirigido só àquela finalidade, por se ter entendido que tal permitiria uma análise mais rigorosa de "curto prazo".

Por razões conjunturais foi adiada a possibilidade de participação do INETI.

Foi considerado um parque com uma potência instalada não superior a 10 MVA, para ser possível a sua integração no âmbito do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio que estabelece condições favoráveis em relação à tarifa de venda da electricidade produzida. O estudo de viabilidade foi feito para um parque tipo, caracterizado por dados de base obtidos através de literatura especializada e de estudos anteriormente desenvolvidos pela EDP, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), INETI, etc..

Consideraram-se dois cenários, respectivamente dentro de perspectivas mais e menos favoráveis.

No primeiro cenário considerou-se uma manutenção do preço real da energia durante toda a vida útil do parque, fixada em 20 anos. O valor do investimento teve por base 200 contos/kW instalado e um prazo de amortização do empréstimo de 12 anos.

No 2.º cenário teve-se em conta uma diminuição do preço real da energia de 3% ao ano até 1997, agravou-se o investimento para 220 contos/kW instalado e diminuiu-se o prazo de amortização do empréstimo para 8 anos.

Em ambos os casos considerou-se um subsídio a fundo perdido de 25% do investimento total, sem o qual não se evidenciava possível a viabilidade do projecto.

A análise financeira dos dois cenários mostrou que o projecto do parque eólico poderia ser viável em ambos, embora bastante menos atractivo caso a situação real se aproximasse do 2.º cenário.

Com efeito, os dados técnicos e económicos que foi possível ter em conta, apontavam para a viabilidade financeira do projecto, desde que garantida a acessibilidade a capitais alheios, só exigíveis num prazo

dilatado, complementado com capitais próprios de baixa liquidez e parcela de fundos perdidos.

Constituição da ENERNOVA e início da sua actividade

Por escritura assinada no dia 9 de Novembro de 1993 foi constituída a Sociedade ENERNOVA - Novas Energias, S.A..

O capital social, integralmente subscrito, é de duzentos mil contos.

Subscreveram o capital

a EDP

na percentagem de 75%

a PROMINDÚSTRIA

na percentagem de 20%

a CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

na percentagem de 5%

Está consignado nos Estatutos da ENERNOVA que "A Sociedade tem por objecto projectar, construir e explorar meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas, fornecer serviços ou participar em realizações congéneres para outras entidades e exercer quaisquer outras actividades de estudo, projecto e execução em correspondência com as suas capacidades".

A ENERNOVA iniciou formalmente a sua actividade em 3 de Janeiro de 1994.

Como já referido, foi definido que, numa primeira fase, a Empresa desenvolveria de forma preponderante a sua actividade na área da energia eólica.

CORPOS SOCIAIS**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

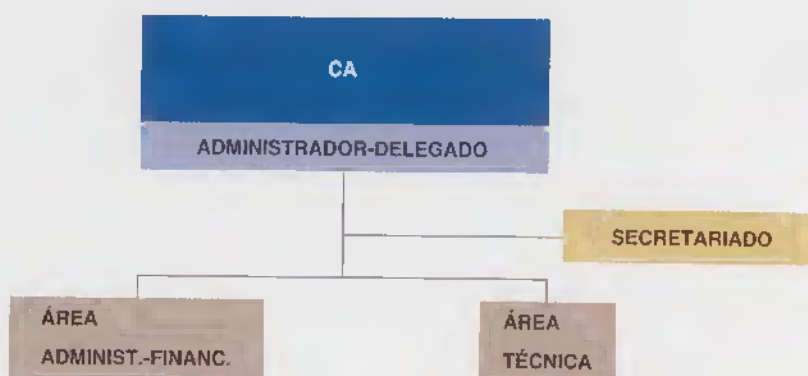
CGD -	Dr. João Alves	- Presidente
EDP -	Eng ^o . Manuel Antunes Rodrigues da Costa	- Vice-Presidente
PROMINDÚSTRIA -	Dr ^a . Sónia M.G. Araújo Pinheiro	- Secretário

CONSELHO FISCAL

Dr. José Alberto Pinheiro Rifes	- Presidente
Eng ^o . João Pedro da Silva Ricardo	- Vogal
Dr. Fernando da Fonseca Madeira	- Vogal (ROC)
Dr. António Silvério Rodrigues	- Vogal (ROC) suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP -	Eng ^o . Jorge Manuel Ribeirinho Machado (a) - Presidente
	Eng ^o . Henrique Rodríguez Simões dos Reis - Vogal (Administrador-Delegado)
PROMINDÚSTRIA -	Eng ^o . Jorge Ferreira Braga - Vogal

ESTRUTURA DA EMPRESA

Responsável Área Administrativa-Financeira:	- Dr. Mário Jesus Lopes Barroso
Responsável Área Técnica:	- Eng ^o . Fernando Dias Vaz

(a) Já após o final do Exercício em 95.02.06, renunciou o representante da EDP, Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng^o. Jorge Ribeirinho Machado, nomeado para exercer funções de Administração em outra Empresa do Grupo, e foi designado em sua substituição o Senhor Eng^o. Luís Garcia Braga da Cruz.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA

Em âmbito internacional

Dentro das energias renováveis e a seguir à energia hidroelétrica cuja utilização exaustiva já vem desde os meados do século, é a energia eólica a que, no último decénio, teve o maior incremento a nível mundial.

Esse incremento verificou-se fundamentalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, estimando-se em finais de 1993 uma potência total instalada de 3 000 MW (dos quais 1600 MW nos Estados Unidos), que terá tido um crescimento sensível em 1994. Dos cerca de 1 400 MW de capacidade eólica europeia, sobressai a Dinamarca com cerca de 550 MW, seguindo-se a Alemanha, o Reino Unido, a Holanda e a Espanha.

Mas, o interesse pela energia eólica tem-se alargado para além das áreas geográficas atrás citadas e estende-se neste momento, a outros países tais como o Canadá, Japão, Austrália, Egipto, Israel e Índia.

Em termos de crescimento, enquanto que a Dinamarca já assumiu que, até ao fim do século, 10% das suas necessidades em energia eléctrica serão satisfeitas por via eólica, estudos da EWEA (European Wind Energy Association) apontam para que esse objectivo a nível da Comunidade só deverá vir a ser atingido em 2030. Indica no entanto a EWEA, que no ano 2000, será previsível que a instalação na Europa Comunitária atinja 4 000 MW.

Naturalmente que essa evolução dependerá, como já dependeu, das práticas que sejam seguidas pela Administração Pública, relativamente a incentivos. Com efeito, nos países em que se verificou um maior crescimento (Dinamarca, Alemanha, Holanda e Reino Unido), embora diferentes os modelos de apoio, todos eles se traduziram em fortes subvenções, através de subsídios a

fundo perdido, ajudas fiscais, concessão de créditos a muito baixo juro ou mesmo sem juro, estabelecimento de tarifas privilegiadas de compra, a maior parte das vezes conjugando alguns destes apoios.

A tendência nos países da Europa do Leste é ainda imprecisa mas, atendendo a que, com as transformações políticas havidas, terão de começar a atender aos problemas ambientais e à opinião pública e, por outro lado à dificuldade de realizar grandes investimentos, não parece despiciendo pensar que também aí a energia eólica poderá vir a surgir e expandir-se.

Em termos gerais, desenha-se, a nível mundial, mantendo-se a acentuação nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, um sensível crescimento da utilização da energia eólica.

Em âmbito nacional

As afirmações a nível da Administração Pública tem sido no sentido de que, em acréscimo às disposições legais de estímulo aos pequenos produtores (até 10 MVA), haverá outros apoios específicos à instalação de centros produtores de energias renováveis, designadamente eólicos.

Concretamente, foi apontada uma disponibilidade de pelo menos 22 milhões de contos, no Quadro Comunitário de Apoio 1994/99, para investimentos no sector das energias renováveis.

As disposições quanto a apoios, publicadas em 1994 para vigorarem até Setembro de 1995, apresentam contudo aspectos que, dentro das condições actuais do "mercado eólico", não se evidenciam como suficientemente atractivas para a expansão desejada desta forma de energia.

Com efeito, o abandono da solução de subvenções a fundo perdido e o elevado valor das taxas internas de rentabilidade (TIR) exigidas, conjugados com a descida das

tarifas de compra de energia pela EDP, conduziriam à selecção de locais com potencial eólico muito acima da média de valores comumente aceites e que, em sítios utilizáveis, só excepcionalmente se poderão encontrar em Portugal.

Pensa-se, contudo, que aquelas disposições serão evolutivas e que será encontrado um equilíbrio entre as linhas de política superiormente definidas para o subsector das energias renováveis e as circunstâncias específicas reais de cada forma de energia, o que irá permitir o desenvolvimento da energia eólica.

Apontada em termos governamentais a meta de pelo menos 100 MVA instalados em Portugal até ao final do século, tem sido referido esperar-se que a ENERNOVA contribua com 50 a 60 MVA para o cumprimento daquele objectivo.

Algumas movimentações de potenciais investidores estrangeiros, designadamente alguns ligados a fabricantes, têm sido conhecidas, bem como de investidores nacionais.

Parece, assim, que a tendência em âmbito nacional poderá seguir a indicada em termos internacionais.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1994

Aspectos Gerais

Ao longo deste primeiro ano de actividade, a ENERNOVA tem-se preocupado com problemas de diversa natureza, nomeadamente com:

- A avaliação de recursos eólicos no País. No que respeita à Região Norte foi desde logo possível efectuar um protocolo de colaboração entre o INEGI e a ENERNOVA com vista à concretização de um programa de medidas de vento. Muito embora se te-

nham desenvolvido esforços nesse sentido, o mesmo só foi possível realizar com o INETI, em relação à Região Sul, em Setembro de 1994.

- Simulações do equilíbrio económico-financeiro da empresa nas hipóteses de construção de um parque eólico ou mais, e para diversos cenários de financiamento.
- A inventariação dos proprietários para os locais considerados como prioritários, bem como a detecção das respectivas condicionantes ambientais.
- A análise das hipóteses de ligação dos parques eólicos à rede de distribuição da EDP e respectivas estimativas de custo.
- A análise da possibilidade de participação da indústria nacional na construção de grupos eólicos.
- O lançamento de acções conducentes ao desenvolvimento do projecto de construção do 1º parque eólico.
- Estudos preliminares ambientais e de integração paisagística relativamente aos sítios mais prováveis de implantação dos primeiros parques eólicos.
- A realização de um concurso internacional de qualificação de fornecedores de aerogeradores.
- Apresentação de candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio.
- Preparação de projecto para licenciamento e concursos de fornecimento.

Relativamente a alguns destes assuntos enunciaremos, em seguida, os aspectos mais salientes.

Sítios

Um estudo encomendado no antecedente pela EDP ao INEGI/FEUP sobre o potencial eólico nas regiões montanhosas do Norte de Portugal, ou seja na região localizada acima da latitude 40º N, correspondente aproximadamente a 50% da área total do



País, forneceu os primeiros dados de base, a partir dos quais se iniciou um processo de identificação de sítios adequados para a construção de parques eólicos.

Assim foi elaborado um protocolo de colaboração entre o INEGI e a ENERNOVA, com vista à caracterização do potencial eólico em quatro locais que fossem escolhidos na zona Norte de Portugal.

Para apoio logístico ao desenvolvimento das acções necessárias e para a caracterização dos locais, designadamente quanto a aspectos ambientais e posteriormente para a elaboração de cadastro das propriedades e avaliação dos terrenos com vista ao seu arrendamento ou aquisição, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com a DOEH (hoje HIDRORUMO).

Partindo de um conjunto de 14 locais potencialmente favoráveis, através de avaliações locais e de estudos de gabinete, seleccionaram-se quatro, onde foram implantadas torres com aparelhagem de medida.

A implementação das torres, que parecia à primeira vista de realização expedita, prolongou-se bastante além do previsível por demoras nas respostas e autorizações por parte dos detentores dos terrenos, nomeadamente entidades oficiais.

De entre a multiplicidade de aspectos que determinaram a selecção daqueles locais salientam-se os relativos a

- potencial eólico expectável
- impactos ambientais
- integração paisagística
- acessibilidade dos terrenos
- orografia
- custo de arrendamento/aquisição dos terrenos
- possibilidades e custo de ligação à rede

Os locais em causa situavam-se nas Serras de Meadas, Marão, Montemuro e de Freita/Arada.

Naturalmente que, progressivamente, tanto a Norte como a Sul do País, se desenvolverão outras campanhas de prospecção de sítios, por forma a possibilitar que a ENERNOVA fique detentora de uma carteira dos locais necessários ao desenvolvimento do seu programa para os próximos anos.

As médias de velocidade de vento e as estimativas em termos de horas/ano de utilização da potência nominal (tendo tomado por base uma turbina tipo de 500 kW) apontaram, na conjugação dos dados existentes do antecedente e dos dados até agora colhidos, como sítios mais interessantes em termos de potencial eólico, os das Meadas e do Marão.

Atendendo ainda a outros aspectos, será em princípio em Meadas que se considerará a construção do 1º parque eólico.

Para a região Sul do País não dispunha a ENERNOVA de qualquer estudo antecedente relativo ao potencial eólico.

Foi assim estabelecido um Protocolo com o INETI para desenvolver uma campanha de prospecção de sítios adequados à instalação de parques eólicos. Para apoio a este trabalho e completamento em relação a aspectos conexos, como já foi apontado para o Norte, recorreu-se à prestação de serviços da PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A..

Ainda em 1994, foi estabelecido um programa de zonas a serem visitadas e feito um primeiro levantamento, de gabinete, de condicionamentos, designadamente ambientais, existentes. Pensa-se que durante o primeiro quadrimestre de 1995, será possível definir os locais onde deverão ser montadas torres para colheita de dados.

Anteprojecto

A celeridade de actuação que é exigida à ENERNOVA, levou a considerar necessário,

mesmo antes duma escolha em definitivo da Serra das Meadas como local do primeiro parque, a elaboração de um Projecto-Base para aquele local.

Com efeito, o desenvolvimento do processo de licenciamento e a candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio, exigiam a existência desse projecto, bem como o lançamento do concurso de fornecimento de aerogeradores, a concretizar logo que tidas as garantias mínimas exigíveis de dados eólicos, disponibilidade do local e financiamento do projecto.

Neste sentido e adoptando uma hipótese de geradores de 500 kW, foi contratada à HÍDRORUMO a elaboração do referido projecto.

Principiou-se já nele, a ter em conta que será adequado e conveniente assumir esta primeira realização um carácter paradigmático, designadamente em termos de preocupações de integração paisagística e de futura divulgação/demonstração de empenhimentos deste tipo.

Qualificação de Fornecedores

Embora os procedimentos para concurso do fornecimento de aerogeradores, como actividade adentro do sector energético eléctrico, não se encontrem ainda abrangidos pelas regras comunitárias, foi entendido que se deveria seguir uma prática em que se acompanhassem, o mais possível, as referidas regras.

Uma reflexão sobre a forma de actuar numa futura aquisição de equipamento, levou também a considerar como mais conveniente, em face da nossa inexistente experiência no sector eólico, o proceder a uma selecção prévia de potenciais fornecedores.

Com efeito, pensou-se que esse procedimento, em detrimento da hipótese de concurso público, traria não só maior segurança, como também a hipótese da recolha

prévia de um conjunto de elementos interessando à feitura do processo de concurso.

Elemento que se teve naturalmente também em conta, foi salientar muito explicitamente aos potenciais fornecedores, a relevância que seria dada à participação nacional no fabrico de componentes dos aerogeradores. Em sequência, foi assim contratado à HÍDRORUMO a realização dum Processo de Qualificação de Fornecedores de Aerogeradores.

Todo aquele Processo foi baseado em regras claras e previamente definidas, comportando um grau de exigência elevado, especialmente no que se referia a capacidade técnica, experiência e qualidade. Precedido de publicitação no Jornal Oficial das Comunidades e em dois jornais diários portugueses (do Norte e do Sul) de grande tiragem, foi o Processo bastante participado e em 29 de Dezembro, data em que se encerrava a recepção das propostas, cerca de 15 empresas formalmente se haviam apresentado. A finais de Janeiro se haveria de concluir o Processo de Qualificação.

Candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio

O Plano de Desenvolvimento Regional, bem como o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período de 1994 a 1999, que corporiza as ajudas da União Europeia a Portugal naquele período, previra uma intervenção operacional no âmbito da energia, cofinanciada pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER), integrando nomeadamente medidas relativas às infraestruturas de produção de energia eléctrica. Foi nesse contexto que surgiu o Programa Energia, que irá desenvolver-se através de várias áreas de intervenção, uma das quais visando precisamente o apoio a projectos de investimento na construção e ampliação

de centros produtores de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, entre as quais a energia eólica.

Por forma a poder beneficiar do Programa Energia, a ENERNOVA entregou, em 20 de Dezembro, na Direcção-Geral de Energia, a sua candidatura a um apoio financeiro da União Europeia, cuja concessão será indispensável para assegurar a rentabilidade do projecto.

Espera-se, já que aquele apoio não contempla para 1995 concessão genérica de subsídio a fundo perdido, conseguir otimizar as condições da sua obtenção, com o reconhecimento duma excelente realização do projecto.

POLÍTICA AMBIENTAL

Princípios Gerais

A opção pelo desenvolvimento das energias renováveis integra-se numa estratégia de evolução do sector energético pautada por conceitos de desenvolvimento sustentável e harmonioso com o ambiente.

Com efeito as energias renováveis são, em grande parte, baseadas na produção de electricidade sem recurso aos princípios da combustão, pelo que a sua utilização contribui de forma positiva para os objectivos de redução das emissões poluentes, de que resultam manifestos benefícios para o ambiente.

Contudo, as energias renováveis podem produzir alguns impactes de âmbito local e regional, particularmente no caso da sua exploração em sítios sensíveis, como é o caso de áreas litorais ou montanhosas com valor natural que, dado o seu regime de ventos, ofereçam grandes potencialidades para a utilização da energia eólica.

Tais áreas têm muito frequentemente um valor importante em termos de património natural e de sensibilidade paisagística, po-

dendo ainda ser utilizadas para amenidade e lazer, o que pode gerar conflitos com a localização de parques eólicos.

A ENERNOVA, fazendo parte do Grupo EDP, não poderia deixar de desenvolver as suas actividades baseada nos Princípios Gerais da Política de Ambiente e do Código da Boa Prática em Matéria do Ambiente, que o Grupo estabeleceu.

Nesse contexto, a ENERNOVA assumiu assim os seguintes princípios gerais de actuação, no que se refere aos aspectos ambientais:

- Adopção de uma atitude preventiva sistemática não procurando locais sensíveis ou com qualquer estatuto de protecção.
- Manutenção de uma posição de diálogo da empresa com as autoridades centrais e regionais, populações e associações.
- Realização de estudos de impacte ambiental e paisagístico dos seus projectos, mesmo que a sua obrigatoriedade não seja imposta pela legislação vigente.
- Consideração das características ambientais das zonas previstas para a implantação dos seus equipamentos energéticos, tendo em vista a selecção dos sítios mais favoráveis.
- Adopção de medidas de gestão na exploração dos equipamentos energéticos que incorporem, obrigatoriamente, a vertente ambiental.

Aspectos específicos

Naturalmente que a actuação em matéria de ambiente, enquadrada nos princípios gerais antes referidos, terá de atender aos aspectos específicos ligados à implantação e funcionamento dum parque eólico, de que se salientam os relativos a:

Ruído - com determinação das curvas isosonoras na área de influência do parque.

Paisagem - com determinação das bandas de visibilidade de forma a identificar as perspectivas de maior sensibilidade do ponto de vista paisagístico. (A selecção criteriosa das cores a utilizar constituirá também uma medida integradora).

Ecologia - com estudos sobre a flora e a fauna nas áreas de influência do parque, que permitam identificar quaisquer recursos de particular interesse que possam vir a ser afectados.

Afastamento mínimo garantido - atendendo ao que a legislação portuguesa e as recomendações internacionais refiram, em termos do afastamento entre o parque e as residências e outros elementos urbanos ou rurais sensíveis.

Acessos - com implantação, tendo em conta a preocupação duma integração paisagística e dos interesses das populações locais.

Património arqueológico e arquitectónico - com identificação e catalogação, se for o caso, de todos os elementos patrimoniais de interesse, com o objectivo de garantir as intervenções adequadas. (As actividades rurais usualmente praticadas nas áreas destinadas à implantação dos parques serão mantidas sempre que possível).

Ordenamento - com análise da interferência dos sítios com as figuras de ordenamento cujas áreas de actuação os abrangem, nomeadamente os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e os Planos Directores Municipais (PDM) e da avaliação da sua potencial afectação a áreas com estatuto de protecção.

Adentro do apontado, já foram efectuados para os 4 sítios onde estão colocadas torres ENERNOVA para medidas de vento e que constituem hipóteses de localização de parques eólicos, estudos preliminares ambien-

tais que consideraram, em primeira fase, os aspectos mais relevantes. Também, para dois daqueles locais, que se induzem como prioritários, foram encomendados estudos de integração paisagística.

Concretamente em relação ao local pensado na Serra das Meadas, situado na área de influência de protecção visual da bacia do Rio Douro (PROZED), foi também obtido atempadamente parecer da entidade que supervisiona estes aspectos (Comissão de Coordenação da Região Norte), o qual se revelou favorável, dando algumas indicações de pormenor a ter em conta, o que obviamente será feito.

Igualmente em relação a outros locais, teve-se um contacto prévio com o organismo oficial competente (Instituto de Conservação da Natureza), com vista a melhor esclarecer quais os aspectos que deveriam ser atendidos nos estudos a realizar e a apresentar.

RECURSOS HUMANOS

Na consideração de que os custos fixos com pessoal deveriam ser minimizados e que um seu possível crescimento deveria estar íntima e directamente ligado a uma evolução sustentada da empresa, teve-se desde o início como ideia de base que a estrutura de pessoal da ENERNOVA seria o mais reduzida possível e que se assumiria como procedimento normal corrente a aquisição da prestação de serviços.

Naturalmente que àquela ideia também esteve associado o reconhecimento das potencialidades que se apresentavam no domínio dos estudos, projecto e fiscalização, no âmbito do Grupo EDP, completadas no mais particular atinente ao eólico, pela recorrência a entidades que a esta matéria vinham já dedicando atenção.

Assim, as dotações da ENERNOVA foram obtidas pela cedência de pessoal interna-

mente ao Grupo, em regime de tempo parcial, cuja percentagem foi aumentando em correspondência com as necessidades que se foram evidenciando e que, a finais do ano, no total de quatro elementos (exceptuada a Administração), atingiam a plenitude do tempo de trabalho.

Definiram-se assim essencialmente duas áreas de actuação: administrativa/financeira e técnica, que executaram as tarefas e coordenaram as prestações de serviço do exterior, nas respectivas áreas de competência.

Como se referiu, nas prestações de serviço do exterior, teve-se naturalmente em conta as potencialidades do Grupo e no que refere a actuações nas áreas fundiária, ambiental e de projecto recorreu-se às Direcções da EDP que hoje são as empresas HIDRO-RUMO e PROET, dentro dum critério de repartição essencialmente "geográfico".

Igual critério se seguiu para as instituições fora do Grupo a quem se recorreu, INEGI e INETI, respectivamente para o Norte e para o Sul, até pelos antecedentes quanto a estudos eólicos que o aconselhavam.

Sem prejuízo da evidente necessidade de reforço, que a partir do quarto trimestre se evidenciou, de mais um elemento para a área técnica, tem-se conseguido actuar dentro da metodologia preconizada, embora naturalmente com algumas dificuldades resultantes da exiguidade dos meios próprios e a nem sempre possível pronta resposta de alguns exteriores.

Aqueias dificuldades de funcionamento têm sido, contudo, salientemente acrescidas pela dispersão de localização dos já referidos escassos meios próprios que, a finais do ano, continuavam repartidos por três locais. A resolução deste problema de instalações, que se pensa estar avizinando, é com efeito urgente e condicionante da possibilidade de optimização de meios, dentro da procurada economia dos mesmos.

Não tendo a actividade no sector eólico, especialmente na área técnica, experiência do antecedente, naturalmente que se manifestou a necessidade de aquisição de formação, tendo-se assim promovido a frequência de cursos e visitas a fabricantes e a parques eólicos, embora com limitações decorrentes da escassez de tempo disponível, tendo em conta o que foi necessário desenvolver durante este primeiro ano de actividade.

CONTACTOS COM OUTRAS ENTIDADES

Para o resultado final primeiro da actividade da ENERNOVA, que será a construção de parques eólicos, evidenciou-se naturalmente a necessidade de contactos com diversas entidades e revelou-se também conveniente o estabelecimento de conversações com outras.

Com efeito, o impacte local que a intenção de construção de parque eólico por si provoca, aconselha a que, desde o início, se procure prestar uma informação aos diversos níveis locais e propiciar colaborações desejáveis.

Também o intercâmbio, designadamente para obtenção de informações, com empresas e organizações nacionais e estrangeiras actuando no domínio do eólico, se revelavam obviamente convenientes.

Adentro do atrás referido, foram assim estabelecidos contactos com:

- as autarquias em que as áreas dos parques eólicos prioritariamente em estudo se situavam, para informação das actividades da ENERNOVA.
- Comissão de Coordenação da Região Norte, em cuja área de influência aquelas se posicionavam.
- Serviços locais do Instituto Florestal.
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), designadamente com a

apresentação de comunicação sobre a ENERNOVA em Seminário ali levado a efeito.

- INEGI, ligado à FEUP.
- INETI.
- Embaixadas, nomeadamente da Dinamarca, que organizou deslocação àquele País proporcionando visitas a alguns fabricantes de aerogeradores.
- Sociedade Eólica da Andaluzia, que facultou informação e visita ao parque de Tarifa.
- EURE (European Utilities for Renewable Energies), através da qual se obteve informação de interesse.
- EWEA (European Wind Energy Association), nomeadamente com a presença em Congresso levado a efeito por esta associação.
- ICN (Instituto de Conservação da Natureza), para contactos prévios esclarecedores.
- INESC, designadamente com a participação em curso internacional levado a efeito na Madeira.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A curto prazo (1995/96)

O desenvolvimento das actividades da ENERNOVA, no mais curto prazo, continuará a ter em conta que os seus objectivos imediatos são:

- a realização no mais curto espaço de tempo compatível, de um parque eólico de 10 MVA
- a preparação de todo o necessário a que, com um intervalo de um ano, outro parque possa entrar em serviço.

Para a prossecução dos objectivos apontados, torna-se assim necessário o lançamen-

to no primeiro semestre de 1995 do concurso para fornecimento de aerogeradores e, posteriormente à decisão sobre este, o completamento do projecto nas vertentes civil e eléctrica e também a execução dos concursos nestes domínios.

Paralelamente haverá que desenvolver o processo de licenciamento do primeiro parque e acompanhar a candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio. A ser possível efectivar a adjudicação dos aerogeradores em finais do 1º semestre, o que implica prévia e decisivamente que o financiamento necessário já definido em termos gerais aproximados, esteja conseguido, haveria a possibilidade de as primeiras máquinas arrancarem no primeiro trimestre de 1996 o que, no conhecimento dos tempos de realização de programas congéneres se poderia, sem favor, considerar um bom conseguimento de realização.

Há no entanto que ser prudente quanto a afirmações de que o exposto seja possível. Como já se referiu, está-se actuando "contra o tempo" e dando passos no pressuposto de que determinadas acções serão conseguidas com êxito e atempadamente, como sejam a confirmação dos dados do potencial eólico, disponibilidade do total dos terrenos, licenciamento, aprovação da candidatura ao QCA, etc., o que obviamente é, sob diversos aspectos, nomeadamente económicos, um "risco" de actuação, assumido como indispensável para uma realização no mais curto prazo.

A construção de um segundo parque e futuros obriga, por outro lado, a que se prossiga na identificação de locais com potencial eólico de Interesse e demais condições – ligação à rede, acessos, adequabilidade ambiental, integração paisagística, etc., etc. – ajustadas à implantação de parques eólicos. Nesse sentido continuarão a ser desenvolvidas as prospecções pelo INEGI e INETI, com o apoio da HIDRORUMO e PROET.

A médio prazo (até ao ano 2000)

Dentro das orientações superiormente definidas, caberá à ENERNOVA a programação da realização até ao fim do século da instalação de 50 a 60 MVA em centrais de energia eólica.

Também a médio prazo e paralelamente ao desenvolvimento de parques eólicos, deverá a ENERNOVA, atentos os objectivos que lhe estão definidos, proceder ao acompanhamento, visando futuras realizações concretas, quer de experiências-piloto quer da evolução tecnológica, de produção de electricidade a partir de outras formas de energia renováveis.

ASPECTOS ECONOMICO-FINANCEIROS

Neste seu primeiro ano de actividade, a análise da situação económica-financeira terá de ser necessariamente simples. De facto, a realização da globalidade do Capital Social, concluída em Novembro, permitiu fazer face às ainda pouco vultuosas despesas correntes e de investimento levadas a

efeito, contribuindo mesmo para alguns ganhos que, perante a ausência de receitas, aligeiraram os esperados resultados negativos obtidos (cerca de 3 mil contos).

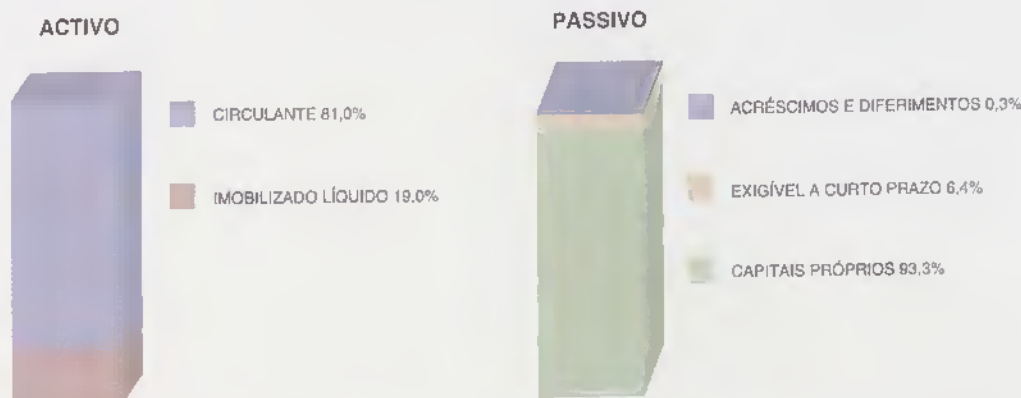
Esta é, contudo, uma situação conjuntural, dado os pesados investimentos que se avizinhavam no decorrer de 1995 e para os quais se torna necessário assumir compromissos que irão modificar toda a estrutura financeira da Empresa, de acordo, aliás, com a natureza capital intensiva do empreendimento a construir.

Assim, só a partir de 1996, com a obtenção de receitas provenientes do desenvolvimento da sua actividade normal, se poderá analisar a situação da Empresa, recorrendo aos habituais indicadores económico-financeiros.

Balanço

A estrutura do balanço, apresentada no gráfico seguinte, reflecte a "juventude" da Empresa:

ESTRUTURA DO BALANÇO



- o imobilizado totalmente coberto pelos capitais próprios;
- o peso "confortável" do circulante (onde são fortemente predominantes os

- depósitos bancários) face ao exigível de curto prazo ;
- o activo total quase coberto por capitais próprios.

Custos e Proveitos

Nas duas principais rubricas de custos (**for-necimentos e serviços externos e custos com o pessoal**) existe alguma distorsão relativa já que, inflacionando a primeira, estão contabilizados os encargos com o pessoal que vem prestando serviço à Empresa, verba que passará a fazer parte integrante da segunda, logo que seja criado o respectivo quadro de pessoal.

Refira-se, também, que na rubrica de **remunerações** só estão parcialmente incluídos os encargos com os Órgãos Sociais.

Por outro lado, no âmbito das regras definidas no Grupo EDP e de acordo com as normas contabilísticas, foi possível compensar em proveitos, na conta de **trabalhos para a própria empresa**, os custos evidenciados na demonstração de resultados e com aplicação no investimento.

As vicissitudes inerentes ao próprio desenvolvimento do projecto de instalação do parque eólico, possibilitaram a existência de disponibilidades financeiras decorrentes da realização total do Capital Social, que foram podendo ser convenientemente aplicadas, gerando no final do ano um ganho de cerca de 8 mil contos, correspondente a uma taxa de juro média de 10,2%.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos da alínea a, do nº 2 do Artº 22º dos Estatutos da ENERNOVA, propõe que o resultado líquido do exercício de 1994 no valor negativo de 3 001 020 \$ 00 seja transferido para "Resultados Transitados".



Relativamente ao desempenho de 1994 julga-se que o exposto no Relatório ilustra suficientemente as actividades desenvolvidas neste primeiro ano de vida da Empresa e que, pese uma insatisfação por mais não se ter conseguido, se deram muitos e importantes avanços para a prossecução dos objectivos primeiros de construção de parques eólicos.

Espera-se que 1995 corresponda a um ano de forte investimento, de cerca de um milhão e setecentos mil contos, com o arranque e início de construção do primeiro parque eólico.

Espera-se também, que seja o último ano em que não se geram receitas, já que se antevê a ligação à rede do parque a construir, durante o primeiro semestre de 1996.

A descida das tarifas, em média e em termos nominais, embora entendendo-se como positiva a política definida de fazer participar os clientes nos ganhos de produtividade conseguidos no Grupo EDP, constitui, no entanto, como se compreenderá, algum motivo de preocupação para a ENERNOVA pela diminuição de receitas que de tal advém. Terá que se procurar que as opções feitas quanto aos locais e equipamentos se venham a traduzir na maior produtividade possível destas, para compensar a apontada diminuição de proventos.

Na conclusão do Relatório do Exercício de 1994 o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e elevado apreço pela dedicação e competência que os seus

directos colaboradores demonstraram e sem a qual não teria sido possível, com acentuada economia de meios, atingir grande parte dos resultados pretendidos.

Esse agradecimento é extensivo aos colaboradores das empresas do Grupo e outras Instituições, que prestaram serviços à ENERNOVA, dentro de uma convergência de esforços e de tentativas de conseguimento, que se assinalam.

O Conselho agradece também a disponibilidade manifestada pela Administração Pública em geral e pelas autarquias, designadamente de Lamego e de Resende.

Ao Conselho Fiscal, pela grande disponibilidade e apreciada colaboração prestada, a manifestação também dum especial reconhecimento do Conselho.

Por último e naturalmente com especial merecida relevância, expressa-se ao Conselho de Administração da EDP/Holding, o reconhecimento e apreço pelo apoio prestado directa e indirectamente, essencial em muitos e diversos aspectos ao desenvolvimento das actividades da ENERNOVA.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Garcia Braga da Cruz - Presidente
Henrique Rodríguez Simões dos Reis
- Vogal (Administrador-Delegado)
Jorge Artur Ferreira Braga - Vogal



BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DEZEMBRO DE 1994

	(escudos)		
	1994		
ACTIVO	AB	A/P	AL
IMOBILIZADO:			
Imobilizações incorpóreas			
Despesas de instalação	2 049 003	360 324	1 688 679
Propriedade industrial e outros direitos	348 236	37 616	310 620
Imobilizações em curso			
Investigação e desenvolvimento	1 457 079		1 457 079
	3 854 318	397 940	3 456 378
Imobilizações corpóreas			
Equipamento administrativo	1 238 097	125 441	1 112 656
Imobilizações em curso			
Equipamento básico	35 629 136		35 629 136
	36 867 233	125 441	36 741 792
CIRCULANTE:			
Dívidas de terceiros-CP			
Estado e outros entes públicos	6 953 317		6 953 317
Outros devedores	2 189 414		2 189 414
	9 142 731	0	9 142 731
Depósitos bancários e caixa	161 863 687		161 863 687
	161 863 687	0	161 863 687
Total amortizações		523 381	
Total do activo	211 727 969	523 381	211 204 588

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital		200 000 000
Sub-total		200 000 000
Resultado líquido do exercício		-3 001 020
Total do capital próprio		196 998 980
PASSIVO:		
Dívidas a terceiros - CP		
Dívidas a instituições de crédito		540
Fornecedores c/c		3 002 563
Fornecedores de imobilizado		9 005 324
Estado e outros entes públicos		1 570 112
Outros credores		3 866
		13 582 405
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos		623 203
		623 203
Total do passivo		14 205 608
Total do capital próprio e do passivo		211 204 588

O RESPONSÁVEL
ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Dr. Mário Lopes Barroso

OS ADMINISTRADORES
Luís Garcia Braga da Cruz - Presidente
Henrique Rodríguez Simões dos Reis
Jorge Artur Ferreira Braga

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		(escudos)
CUSTOS E PERDAS	1994	
Fornecimentos e serviços externos		11 780 636
Custos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	4 326 576	
Encargos sociais		
Outros	899 047	5 225 623
Amortizações do exercício		523 381
Impostos		
Outros custos e perdas operacionais		14 575
A - Custos e Perdas Operacionais		17 544 215
Juros e custos similares		
Outros		12 677
C - Custos e Perdas Correntes		17 556 892
Custos e perdas extraordinárias		15 000
E - Custos e Perdas do Exercício		17 571 892
Impostos sobre o rendimento do exercício		
G - Custos Totais		17 571 892
Resultado líquido do exercício		-3 001 020
		14 570 872
PROVEITOS E GANHOS		
Trabalhos p/ própria empresa		6 506 750
B - Proveitos e Ganhos Operacionais		6 506 750
Outros juros e proveitos similares		
Relativos a empresas do grupo		
Outros	8 064 122	8 064 122
D - Proveitos e Ganhos Operacionais		14 570 872
F - Proveitos Totais		14 570 872

Resumo		
Resultados operacionais	(B-A)	-11 037 465
Resultados financeiros	(D-B)-(C-A)	8 051 445
Resultados correntes	(D-C)	-2 986 020
Resultados antes de impostos	(F-E)	-3 001 020
Resultado líquido do Exercício	(F-G)	-3 001 020

O RESPONSÁVEL
ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Dr. Mário Lopes Barroso

OS ADMINISTRADORES
Luís Garcia Braga da Cruz - Presidente
Henrique Rodriguez Simões dos Reis
Jorge Artur Ferreira Braga

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 94.12.31

01 . Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade, de modo a que as contas evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada dos resultados da Empresa.

02 . Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Não é possível comparar os valores deste exercício com os do exercício anterior, dado que a Empresa começou a sua actividade em 3 de Janeiro do presente ano.

03 . Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas para as Empresas do Grupo EDP.

Nesta rubrica do Balanço, estão incluídos os gastos de constituição da sociedade e registo da logomarca.

Registam-se ainda em "Imobilizações em Curso", despesas de investigação e desenvolvimento, valorizadas pelo preço de aquisição e respectivas despesas adicionais.

b) Imobilizações Corpóreas

As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição (incluindo as despesas adicionais), líquido de amortizações, segundo a tabela aprovada nos termos do Artº 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Sub-Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28.

As Imobilizações Corpóreas, na fase de construção, são acrescidas de encargos de estrutura, determinados de acordo com regras de repartição definidas em função dos custos de funcionamento dos departamentos da Empresa.

07 . Pessoal ao Serviço da Empresa

Em 31 de Dezembro a Empresa não tinha quadro próprio de pessoal recorrendo a elementos cedidos no âmbito do Grupo EDP.

08 . Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica "Despesas de Instalação" inclui, essencialmente, gastos de constituição.

Na rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" estão considerados os trabalhos de recolha e tratamento de informação sobre locais com potencial eólico.

10 . Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

(escudos)

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVA-LIAÇÕES	AUMEN-TOS	ALIENA-ÇÕES	TRANSF. ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de Instalação			2.049.003			2.049.003
Propriedade ind out direitos			348.236			348.236
Imobilizações em curso						
Investigação e desenvolvimento			1.457.079			1.457.079
	0	0	3.854.318	0	0	3.854.318
Imobilizações corpóreas						
Equipamento administrativo			1.238.097			1.238.097
Imobilizações em curso						
Equipamento básico			35.629.136			35.629.136
	0	0	36.867.233	0	0	36.867.233

b) Amortizações e Provisões

(escudos)

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFOR-ÇO	REGULARI-ZAÇÕES	SALDO FINAL
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de Instalação		360.324		360.324
Propriedade ind out direitos		37.616		37.616
	0	397.940	0	397.940
Imobilizações corpóreas				
Equipamento administrativo		125.441		125.441
	0	125.441	0	125.441

16 . Consolidação de Contas

As contas da ENERNOVA, SA, uma das empresas do GRUPO EDP, são consolidadas pela EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, SA, com sede na Avenida José Malhoa lote A - 13, em LISBOA.

32 . Responsabilidades Contingentes

Existe uma caução, inserida em Balanço, no valor de 2182,5 contos prestada à Direcção-Geral de Energia, no âmbito da candidatura ao Programa "Energia"(conta 26).

35 . Realização do Capital Social

Aquando da escritura de constituição da Sociedade, em Novembro de 1993, o Capital Social subscrito, foi realizado em 30%.

Em Junho foram realizados mais 35%, e, os restantes 35% em Novembro

36 . Capital - N^o de Acções e Valor Nominal

O Capital está representado por 200 000 acções nominativas de 1000\$00 cada, encontrando-se totalmente realizado.

37 . Capital - Detentores

O Capital é detido pelas seguintes entida-des:

EDP-Electricidade de Portugal, SA.	75 %
Promindústria, SA.	20 %
Caixa Geral de Depósitos, SA.	5 %

43 . Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

Conselho Fiscal	815 754\$00
Mesa da Assembleia Geral	240 000\$00

45 . Demonstração dos Resultados Financeiros

(escudos)			
CUSTOS E PERDAS	1994	PROVEITOS E GANHOS	1994
Outros custos e perdas financeiras	12.677	Juros obtidos	8.064.122
Resultados financeiros	8.051.445		
TOTAL	8.064.122	TOTAL	8.064.122

46 . Demonstração dos Resultados Extraordinários

(escudos)			
CUSTOS E PERDAS	1994	PROVEITOS E GANHOS	1994
Multas e Penalidades	15.000		
		Resultados extraordinários	15.000
TOTAL	15.000	TOTAL	15.000

48 . Outras Informações**a) Acréscimos e Diferimentos**

O montante da rubrica "Acréscimos de Custos" refere-se ao cálculo da previsão para férias e subsídios de férias, a pagar em 1995, aos Órgãos Sociais (Conselho Fiscal).

b) Trabalhos para a própria Empresa

Os montantes incluídos nesta rubrica referem-se a encargos de estrutura da própria Empresa (ponto 03, alínea b).



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de ENERNOVA - Novas Energias, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 211 205 contos e um total de capital próprio de 196 999 contos, incluindo um resultado líquido de 3 001 contos negativo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ENERNOVA - Novas Energias, S.A. em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1995

MADEIRA & LUZ
Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas

Representada por
Fernando da Fonseca Madeira
(R.O.C. - 323)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários compete-nos emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço, Demonstração dos Resultados e Anexo da ENERNOVA - Novas Energias, S.A., relativos a 1994.

Acompanhámos a actividade da Empresa desde a sua constituição e com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias, tendo sempre obtido da Administração e dos Serviços todas as informações e esclarecimentos solicitados o que nos apraz salientar.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração, que descreve os principais acontecimentos ocorridos para o estudo e desenvolvimento dos parques eólicos e seu financiamento. O Conselho Fiscal analisou também o Balanço, Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo, verificando-se que foram elaborados de acordo com as normas contabilísticas geralmente adoptadas, obedecem aos preceitos legais e, nestes termos, exprimem a situação patrimonial da Empresa.

Apreciamos a Certificação Legal de Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Conselho,

com a qual acordámos, dando-se aqui como integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de parecer que:

1. Se aprove o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e Anexo, referente a 1994, assim como a correspondente proposta de aplicação de resultados.
2. Se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade nos termos do artº. 451 do Código das Sociedades Comerciais.

Como nota final, o Conselho Fiscal expressa ao Presidente cessante do Conselho de Administração, Engº. Ribeirinho Machado, o seu reconhecimento pela forma como desempenhou o seu cargo, e deseje-lhe o maior sucesso para o desempenho das novas funções.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1995.

O CONSELHO FISCAL

Dr. José Alberto Pinheiro Rifes
Presidente

Engº. João Pedro da Silva Ricardo
Vogal

Madeira & Luz, S.R.O.C.
Representada por
Dr. Fernando da Fonseca Madeira
Vogal

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ACCIONISTAS DA ENERNOVA
- NOVAS ENERGIAS, S.A. REALIZADA EM
24 DE MARÇO DE 1995**

Acta Número Cinco

"(...) Ordem dos Trabalhos:

- "1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício do ano de mil novecentos e noventa e quatro;
2. Deliberar sobre a aplicação dos resultados do mesmo exercício;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade".

(...), o Presidente pôs à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos – relatório de gestão e as contas do exercício do ano de 1994 –, o que tudo foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, pôs à discussão a proposta do Conselho de Administração sobre a "aplicação de resultados" do exercício de 1994, no sentido de os mesmos serem afectados a "Resultados Transitados".

Ninguém tendo usado da palavra, foi a proposta submetida a votação, a qual foi aprovada por unanimidade, pelo que o resultado líquido do exercício de 1994, no valor negativo de 3 001 020\$00 (três milhões e mil e vinte escudos) transita para a citada rubrica "Resultados transitados".

Passando ao terceiro ponto da ordem dos trabalhos, e na sequência das intenções manifestadas pelos representantes dos accionistas, consubstanciadoras de duas moções, ambas de apreço, competência e confiança, uma na Administração da Sociedade e a outra na Fiscalização da mesma, o Presidente pô-las separadamente à votação. Foram, tanto uma quanto outra, aprovadas por unanimidade.

(...)"

Edição
ENERNOVA - Novas Energias, S.A.

Coordenação Gráfica
HIDRORUMO - Isabel Pinho

Fotografia
Adelino Oliveira
Isabel Pinho

Impressão
NOBELGRÁFICA

Depósito Legal
90259/95

1000 Exemplares

Junho 1995





ENERNOVA
Novas Energias, S.A.

Sede Social: Av. José Malhoa, Lote A/13 - 1070 LISBOA
Telef. (01) 726 30 13 - Fax (01) 726 44 71